

# Proposta foi encaminhada

O comitê assessor dos bancos credores enviou telex ao principal negociador da dívida externa brasileira, embaixador Jório Dauster, informando que a proposta brasileira, apresentada na semana passada em Nova Iorque, foi encaminhada a todos os credores do Brasil para uma análise mais detalhada. O telex comunica que, tão logo a proposta seja avaliada, o comitê voltará a entrar em contato com o governo brasileiro, já com a posição dos bancos. A previsão é que as negociações sejam retomadas em duas semanas.

O telex dos credores informando a disposição de analisar a proposta do Brasil é, na visão de técnicos do Banco Central com longa experiência em assuntos da dívida, um sinal claro de que está havendo interesse dos credores em iniciar os entendimentos. Segundo os técnicos, em nenhum momento da primeira rodada de negociações os integrantes do comitê assessor informaram a missão brasileira que a proposta do país estava fora de cogitação. "Eles ouviram a nossa explanação e não usaram o termo *non-starter*, empregado quando não veem qualquer possibilidade de se começar a negociar em torno de determinada proposição", assegura um técnico brasileiro que participou do encontro.

Durante a reunião da semana passada, porém, os credores leram um documento onde estabeleceram alguns pontos que consideram inegociáveis e que, se seguidos à risca, tornarão o acordo inviável. Uma das exigências para se retomar as negociações é que o Brasil pague uma parte dos US\$ 8 bilhões dos juros atrasados e fique em dia com o restante a partir do próximo ano. Este ponto, porém, contraria frontalmente a proposta brasileira de somente pagar juros aos credores dentro do limite da capacidade do país.

Em contrapartida a essa proposta, o Brasil sugeriu aos credores que façam um empréstimo-ponte ao país, no valor de US\$ 8 bilhões, para regularizar a situação dos bancos norte-americanos que, pela legislação dos Estados Unidos, não podem capitalizar juros, como prevê a proposta brasileira. O Brasil se disporia a pagar parte dos juros desse empréstimo em 1991 e em 1992. No próximo ano, o país desembolsaria US\$ 427 milhões e, em 1992, US\$ 154 milhões. Estes desembolsos seriam efetuados com recursos do Banco Mundial e do FMI que devem ingressar no país. Todo o restante do empréstimo seria incorporado ao global da dívida brasileira e receberia o mesmo tratamento dos débitos a vencer.

Os credores também exigiram que o Brasil reativasse o acordo da dívida externa firmado em 1988, ainda em vigor. Além do pagamento dos juros, este acordo prevê que o país autorize operações de reempréstimo dos recursos dos bancos que estão retidos no Banco Central, o chamado *relendin*. Querem também a volta da conversão da dívida pelo valor ao par do título, ou seja, sem o desconto no mercado. Os negociadores brasileiros igualmente descartaram esta possibilidade pela forte pressão que exerceria sobre a política monetária do governo.

Para os técnicos da missão brasileira, as reivindicações dos credores foram feitas apenas como jogo de cena. "Eles se surpreenderam com a proposta do país e fizeram as exigências para ganhar tempo enquanto não apresentam uma contraposta", avaliam. A sugestão brasileira foi recebida pelos credores com perplexidade, segundo informaram alguns participantes da missão brasileira. "Eles esperavam que apresentássemos algo como o que foi proposto pelo México e pela Venezuela, e receberam uma proposição totalmente inovadora", contam.